MONÇÕES
REVISTA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UFGD

DOI: 10.30612/rmufgd.v11i21.15593

Retraçando Caminhos Já Percorridos?: Um Olhar Pluriversal Sobre A Diplomacia Indigena Na América Latina

Wandering Through Trodden Paths?: A Pluriversal Perspective On The Latin American Indigenous Diplomacy

Andando Por Caminos Trillados?: Una Perspectiva Pluriversal Sobre La Diplomacia Indígena Latinoamericana

Ana Paula Maielo Silva
Professora Associada da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), João Pessoa
E-mail: apmaielo@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-3790-4305

Guilherme Fenício Alves Macedo
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), João Pessoa
E-mail: guilhermefenicio@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-3595-5117

Ellen Monielle
Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa
E-mail: ellenmonielle@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-9729-9093

MONÇÕES
REVISTA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UFGD

Resumo: A construção da diplomacia tradicional na América Latina é parte importante do complexo enredo da colonialidade do poder, do ser e do saber. A construção, consolidação e adoção de seus protocolos, práticas e símbolos refletem e reificam a hegemonia da perspectiva eurocêntrica, supostamente objetiva, neutra e, por extensão, universal. Este artigo tem como objetivo analisar a invisibilidade da pluriversalidade de visões/conhecimentos na diplomacia tradicional na América Latina, bem como reimaginar outras construções diplomáticas possíveis, examinando, particularmente, a cosmovisão da diplomacia indígena. Para tanto, o trabalho se divide em três partes: na primeira seção, apresentamos a metodologia genealógica, aplicando-a na análise da construção da diplomacia tradicional da América Latina, buscando apontar seu viés eurocêntrico. Posteriormente, examinamos o conceito de pluriversalidade enquanto uma manifestação das epistemologias do Sul, calcados numa visão latino americana que contesta a geopolítica do poder/saber centrada num *design* ocidental de produção do conhecimento. Por fim, analisamos o exemplo da diplomacia indígena, seu olhar decolonial e pluriversal, em contrapartida às experiências diplomáticas que foram escritas e consolidadas a partir da visão do Norte Global. O trabalho está amparado por um aporte crítico genealógico ancorado na lente decolonial.

Palavras-chave: Diplomacia Indígena; Pluriversalidade; Diplomacia Tradicional na América Latina.

Abstract: The construction of traditional diplomacy in Latin America is an important part of the complex plot of the coloniality of power, knowledge and being. The construction, consolidation and adoption of its protocols, practices and symbols reflect and reify the hegemony of the Eurocentric perspective, supposedly objective, neutral and, by extension universal. This article aims to analyze the invisibility of the pluriversality of visions/knowledge in traditional diplomacy in Latin America, as well as to reimagine other possible diplomatic constructions, examining particularly the cosmovision of indigenous diplomacy. The work is divided in three parts: in the first section, we analyze how the traditional diplomacy of Latin America was built, taking into account its Eurocentric bias. Subsequently, we examine the concept of pluriversality as a manifestation of the epistemologies of the South, based on a Latin America vision that contests the geopolitics of power/knowledge centered on a Western design of knowledge production. Finally, we analyze the example of indigenous diplomacy, its decolonial and pluriversal perspective, in contrast to the diplomatic experiences that were written and consolidated from the perspective of the Global North. The work is supported by a genealogical critical contribution anchored in decolonial lenses.

Keywords: Indigenous Diplomacy; Pluriversality; Traditional Diplomacy in Latin America.

MONÇÕES
REVISTA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UFGD

Resumen: La construcción de la diplomacia tradicional en América Latina es parte importante de la compleja trama de la colonialidad del poder, el ser y el saber. La construcción, consolidación y adopción de sus protocolos, prácticas y símbolos reflejan y cosifican la hegemonía de la perspectiva eurocéntrica, supuestamente objetiva, neutra y, por extensión, universal. Este artículo tiene como objetivo analizar la invisibilidad de la pluriversalidad de visiones/saberes en la diplomacia tradicional en América Latina, así como reimaginar otras construcciones diplomáticas posibles, examinando, en particular, lacosmovisión de la diplomacia indígena. Por ello, el trabajo se divide en tres partes: en la primeira sección, presentamos la metodología genealógica, aplicándola al análisis de la construcción de la diplomacia tradicional en América Latina, buscando señalar su sesgo eurocéntrico. Posteriormente, examinamos el concepto de pluriversalidad como manifestación de las epistemologías del Sur, a partir de una visión latinoamericana que cuestiona la geopolítica del poder/saber centrada en un diseño occidental de producción de conociocimento. Finalmente, analizamos el ejemplo de la diplomacia indígena, su mirada decolonial y pluriversal, en contraste con las experiencias diplomáticas que se escribieron y consolidaron desde la perspectiva del Norte Global. El trabajo se apoya en una contribución crítica genealógica anclada enl la lente decolonial.

Palabras claves: Diplomacia Indígena; Pluriversalidad; Diplomadia Tradicional en América Latina.

Recebido em:
31/01/2022

Aceito em:
17/09/2022

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A construção e a consolidação da diplomacia tradicional na América Latina devem ser compreendidas dentro do complexo enredo da colonialidade do poder, do ser e do saber. Isto porque seus protocolos, práticas e símbolos refletem e reificam a hegemonia da perspectiva eurocêntrica da ciência, supostamente objetiva, neutra e universal**.** Neste sentido, através de um aporte de análise crítico genealógico, argumentamos que a diplomacia tradicional está ancorada em experiências e no imaginário do Estado-nacional europeu moderno, assim como as discussões desta temática no campo de estudos das Relaçõe Internacionais amplificam um conhecimento que se diz universal, porém é instituído por uma perspectiva eurocêntrica (ASHLEY, 1989; MIGNOLO, 2005).

Conforme argumentam Wight (1966) e Deutsch (1978), a visão acadêmica clássica da diplomacia sobre as sociedades colonizadas latinoamericanas não incorpora uma reflexão sobre as distintas cosmovisões que integram o Sul Global. Tendo em vista que práticas diplomáticas de povos *desde el Sur* remontam a um fenômeno que antecede a invasão da América-Abya Yala[1], a exemplo dos povos indígenas, seus diferentes tipos de diplomacias envolvem uma série de práticas e possibilidades mais amplas do que foram e são reconhecidos/permitidos tanto na construção narrativa sobre a diplomacia, quanto na sua própria prática. Assim, a diplomacia indígena emerge e se manifesta como uma reapropriação contra-hegemônica das narrativas diplomáticas baseadas no contexto moderno/colonial (ROBLES, 2017).

Este artigo pretende refletir sobre o eurocentrismo subjacente à diplomacia latinoamericana e a decorrente invisibilidade da pluriversalidade de visões/conhecimentos. Com isto, busca-se, ainda, apontar caminhos para se reimaginar outras construções diplomáticas possíveis, como a cosmovisão da diplomacia indígena. Para tanto, o artigo está dividido em três partes: primeiramente, após apresentar o método genealógico, analisamos a construção da diplomacia tradicional na América Latina, buscando apontar seu viés eurocêntrico. Em seguida, examinamos o conceito de pluriversalidade enquanto uma manifestação das epistemologias do Sul, abordado, neste caso, sob uma visão latinoamericana que contesta uma geopolítica do poder/

1 Segundo Jong (2015, p. 146) este termo refere-se ao nome dado ao continente americano pelo povo Kuna, encontrado entre o atual Panamá e a Colômbia. Atualmente é utilizada pelos povos e nações indígenas, bem como por suas organizações, para observar que a dominação, exploração e conflito são mantidos juntos pelos processos de colonização, neocolonização e imperialismo e, fundamentalmente, observar que estes povos e nações têm resistido por mais de 500 anos a este flagelo e continuam a fazê-lo. Como território geo-cultural, o termo Abya Yala é usado para se referir ao território da Abya Yala. Yala é usada para se referir ao continente e para deixar de usar o termo ocidental "América".

CC BY NC SA

saber centrada numa concepção ocidental de produção do conhecimento (MIGNOLO, 2000; QUIJANO, 2009). Na última seção do artigo, analisamos o exemplo da diplomacia indígena, seu olhar decolonial e pluriversal, em contrapartida às experiências diplomáticas que foram escritas e consolidadas a partir da visão do Norte Global.

A DIPLOMACIA TRADICIONAL NA AMÉRICA LATINA E SEU VIÉS EUROCÊNTRICO

Ancorada na perspectiva decolonial sobre a formação da representação do Estado, esta seção tem por objetivo analisar a construção da diplomacia tradicional contemporânea, destacando o conjunto de elementos e símbolos que permeiam as normas e convenções diplomáticas. Neste sentido, através do exame da relação entre cultura diplomática e colonialidade na América Latina, considera-se que a dominação étnica-racial também reflete a adoção e consolidação de protocolos diplomáticas eurocêntricos, que hoje se reproduzem não somente via a simbologia e esvaziamento dos interesses de grupos indígenas nas políticas externas destes países, mas também sob o discurso da diplomacia como um fenômeno essencialmente europeu.

Guiado pelo objetivo de analisar o binômio poder-conhecimento na formação do Estado moderno, Esteves (2006) argumenta que o método genealógico no campo das RI se baseia na elaboração de uma sucessão de sistemas interpretativos orientados a identificar estruturas de dominação presentes no curso da história da política mundial. Para Foucault (1984), a tarefa sem fim do genealogista consiste em estabelecer uma análise daquilo que se concebe por regimes de verdade, os quais se fundamentam na imbricação entre poder e conhecimento. Logo, a aplicação de métodos reflexivistas de análise, como genealogia e desconstrução, concentram-se em localizar os discursos hegemônicos como narrativas históricas ou visões de mundo predominantes que preconizam vozes e que “assentam cada um de seus atos violentos em um sistema de regras e assim prossegue: de dominação em dominação” (FOUCAULT, 1984 apud ESTEVES, 2006, p. 16).

Neste ínterim, o olhar genealógico sobre a diplomacia tradicional está ancorado numa análise da concepção de teóricos políticos sobre a organização do Estado, autores esses que, mais tarde, iriam inspirar as teorias realistas em Relacões Internacionais. Hobbes (1979), por exemplo, atribui a razão atrelada aos interesses materiais como sendo um elemento basilar para a garantia da segurança dos povos e dos Estados em suas interações constantes — uma “verdade absoluta”, uma máxima inquestionável aos olhos daqueles que séculos posteriores

CC BY NC SA

estiveram à frente nos primeiros passos das Relações Internacionais na condição de novo campo do conhecimento nas ciências sociais. No entanto, ao longo do século XX, a diversidade das unidades soberanas em níveis assimétricos de desenvolvimento logo abriu margem para um conjunto de críticas a respeito da "determinação dos significados" na representação de uma vasta diversidade de atores internacionais (DER DERIAN, 2001, p. X).

A discussão sobre a relação entre cultura e diplomacia assumiu um espaço antes tido como inconcebível nos estudos de política internacional, haja vista que a tradicional visão realista pré-concebia um caráter etnocêntrico de unicidade daquilo que se concebe por interesse nacional, apoiando-se na experiência e no imaginário fundador do Estado-nacional europeu moderno (ASHLEY, 1989). Deste modo, o conceito de cultura diplomática passou a ser cada vez mais atrelado a uma trajetória de novas formas de conceber as relações internacionais, ainda que dentro de centros acadêmicos do mundo anglófono (DER DERIAN, 2001). Um exemplo disso é a definição de tal conceito desenvolvido por Bull (2002, p. 38), em que a cultura na diplomacia poderia ser observada como "um fundo comum de idéias e valores administrados por representantes oficiais dos Estados, em que as fronteiras culturais conectam - e ao mesmo tempo separam - tempo, espaço e política".

Quando pensada a história da diplomacia tradicional em torno da experiência das sociedades colonizadas, o conceito de cultura diplomática pode ser utilizado de uma maneira crítica, considerando os produtos da dominação étnica-racial em relação ao conteúdo de determinadas representações e interesses hegemônicos na diplomacia tradicional contemporânea dos Estados latinoamericanos (KRENAK, 2019; DER DERIAN, 2001). Desta forma, explorar as distintas visões de mundo que integram o Sul Global na diplomacia tradicional é uma tarefa que desafia desde uma visão eurocêntrica da diplomacia até perspectivas de autores que concebem a diplomacia como um sistema de comunicação e fluxos de comunicação (WIGHT, 1966; DEUTSCH, 1978). Sob o propósito ontológico e político da crítica decolonial, a diplomacia, introduzida ao método genealógico, indica que a compreensão das relações internacionais "depende da pesquisa do Estado, e, portanto, se convalesce da análise interpretativa acerca da formação da cultura a nível estatal" (DER DERIAN, 2001, p. 43).

No contexto latinoamericano, a análise genealógica da diplomacia tradicional preconiza elementos e aspectos fundamentais alocados nas relações de dominação étnica (MIGNOLO, 2003). No entanto, especificamente, neste enfoque tratar-se-á da formação da diplomacia tradicional vislumbrando as consequências da dominação europeia das sociedades autóctones que habitavam o espaço hoje denominado América Latina. Desta forma, a construção da diplomacia tradicional aponta para um processo colonizatório marcado pela contínua domi-

CC BY NC SA

nação de significados e interesses materiais em detrimento das diferentes cosmologias que já habitavam a América pré-colombiana. Para Jong (2015), a diplomacia desempenhada pelos diferentes povos da América-*Abya Yala* é um fenômeno que antecede a experiência civilizatória, muito embora seja considerado hoje por muitos acadêmicos como um indicador da pluralidade de atores do processo de globalização.

Dentre os elementos comuns à formação histórica da diplomacia tradicional dos Estados latinoamericanos, destaca-se o pactismo ou "*negociación*" (LÁZARO, 1991; LEVAGGI, 2002). Este elemento no processo de construção da representação diplomática na América espanhola e portuguesa está relacionado à impossibilidade ou incapacidade do colonizador de anexar a totalidade de territórios, no sentido de poder prover um controle administrativo efetivo sobre as fronteiras desses territórios. Isto por sua vez está constantemente relacionado ao discurso de que existiram "acordos" entre as coroas européias e determinadas etnias autóctones, as quais por vezes eram consideradas pelo olhar europeu como povos que dispunham de um determinado grau de autonomia e, portanto, eram capazes de desempenhar as funções de proteger e vigiar os limites das colônias contra os povos não-anexados aos domínios territoriais europeus que correspondem ao atual recorte espacial latinoamericano (LÁZARO, 1991; LEVAGGI, 2002). Essa visão, de estratégia de manter e realizar "acordos" com povos originários, fundamenta a narrativa europeia de pacifismo na construção dos Estados que hoje integram a América Latina. Contudo, considera-se que a figura da diplomacia tradicional imperou sob o uso da da hostilidade e violência física contra aqueles que haviam sido, segundo o olhar eurocêntrico, "colonizados ou conquistados" sob a égide do direito colonial (MIGNOLO, 1998; QUIJANO, 2003; RUSSEL, TOKATLIAN, 2010).

Para Lázaro (1991) e Levaggi (2002), paralelamente ao contínuo processo de banalização da violência cultural em massa, tomando por exemplo as experiências coloniais de produção legislativa no Haiti e no México, o conjunto de condicionalidades impostas aos povos originários pôde evidenciar novos questionamentos e particularidades da formação da diplomacia tradicional latino-americana, que se perpetuou além dos marcos temporais da emancipação política do domínio europeu. Isto porque, através dos aparatos ideológicos e punitivos do Estado colonial, as cosmologias dos povos originários da atual América Latina foram subalternizados ao status de ilegitimidade, resultando no não-reconhecimento de suas soberanias em benefício dos códigos e normas que formavam o direito colonial. Neste sentido, Jong (2015, p. 151) argumenta que

> a formação e consolidação do Estado-nação colocou um novo problema à produção de alteridade e à atividade diplomática que, até então, governava a ordem colonial.

CC BY NC SA

> Os antigos territórios indígenas foram violentamente diluídos na gramática jurídica do Estado nacional. A independência trouxe o surgimento de diplomacia interestadual. No entanto, as condições de uma diplomacia indígena doméstica foram aprisionadas sob o manto da soberania nacional.

Para Der Derian (1991), a delimitação do "civilizado", ou capaz de desempenhar a diplomacia, é posta ao outro lado da linha entre um abismo que fundamenta a classificação e divisão étnica-racial (MARTINEZ, 2013), concebendo o elemento de não-reconhecimento da soberania dos povos que proviesse de uma forma de organização senão a do Estado moderno europeu (JONG, 2015; DER DERIAN). Neste sentido, a simbiose entre elementos de pactismo/ *negociación* e o não-reconhecimento da soberania dos povos originários remete ao fenômeno da instrumentalização de sua força física a serviço da manutenção do sistema de monocultura para exportação do sistema mercantilista, que juntamente à dominação de outras etnias via a classificação para o desempenho de funções sub-humanas, esculpiu a proeminência dos interesses das classes nacionais dominantes nas representações do "inquestionável" interesse nacional (MIGNOLO, 2003)

Conargo (2013) desenvolve o conceito de teratologias diplomáticas, alegando que o pluralismo de vozes se expressa dentro dos Estados nacionais e fomenta o desenvolvimento de práticas diplomáticas derivadas destas forças. O conceito de teratologia é extraído do imaginário hegemônico colonizador que dispõe que existam figuras "anormais" — malformações ou deformações — que acabam por descaracterizar ou desfigurar o "padrão comum" de representação dos interesses do Estado moderno (CONARGO, 2013; JONG, 2015).

Para Jong (2015), a ideia de um "padrão comum" da diplomacia seria a relação interestatal conforme as normas e costumes eurocêntricos inerentes ao sistema jurídico autônomo em que se ordenam as relações entre Estados soberanos: o direito das gentes. Ademais, dentro do Estado territorial soberano há nações ou povos que se tornaram invisibilizados e subalternizados, reforçando o apagamento da composição plurinacional desses Estados latinoamericanos. (JONG, 2015; COSTA, 2009).

Para Der Derian (1991), ao longo da história das relações internacionais, a cultura diplomática nas interações ultramarinas esteve eminentemente atrelada ao um processo de alienação e difusão de um "modelo universal" de signos, significados e significações nas representações entre as comunidades políticas nacionais. Neste sentido, o conceito de pluriversalidade na visão genealógica da diplomacia tradicional na América Latina evoca a construção de fronteiras sociolinguísticas e culturais, considerando a concepção de Durkheim (1997) da cultura como conjunto valores e normas de comportamento comuns à sociedade que exprime

CC BY NC SA

a função de fazer com que os sujeitos pensem e reproduzam suas ações de modo minimamente semelhante. Não obstante, no contexto latinoamericano da formação da diplomacia tradicional, Der Derian (2001) argumenta que a cultura inerente às representações do Estado foi instrumentalizada para dois principais propósitos: (i) estabelecer fronteiras sociais e políticas entre o doméstico e o estrangeiro e (ii) constituir uma "linguagem diplomática".

O primeiro propósito diz respeito à diferenciação vertical na formação da diplomacia: entre aquele que se concebe como superior, e portanto o agente ativo no processo de massificação das formas de representação do Estado, estabelecendo valores, normas através da canonização e reintrodução de formas consideradas periféricas e não habituais (DER DERIAN, 2001, p. 40)[2]; e o outro, que se localiza além da fronteira do "ser", e portanto, considerado na visão eurocêntrica como agente passivo no processo de colonização: desprovido de humanidade e incapaz de desempenhar autonomia (KRENAK, 2019; FANON, 2008).

Este propósito remonta a discussão de Arendt (1996) sobre o conceito agostiniano de *Civitas terrena* como base da cosmologia da sociedade europeia moderna para reivindicar sua posição diante das demais sociedades coexistentes. Conforme a leitura de Arendt (1996, p. 64) sobre o Estado moderno, em que "a morte redentora de Cristo não alcançou um homem em particular, mas o mundo inteiro, o mundus constituído pelos homens… a fé retira o homem do mundo, de uma comunidade humana, de uma cidade terrestre", *Civitas Terrena*[3], transformando-o e integrando-o a um *status* concebido pelo imaginário etnocêntrico de "estar pelo outro", que delimitava a fronteira entre a animalidade e a humanidade, a selvageria e a civilidade, a mundanidade e a sacralidade (ARENDT, 1996; INGOLD, 1994; FANON, 2008).

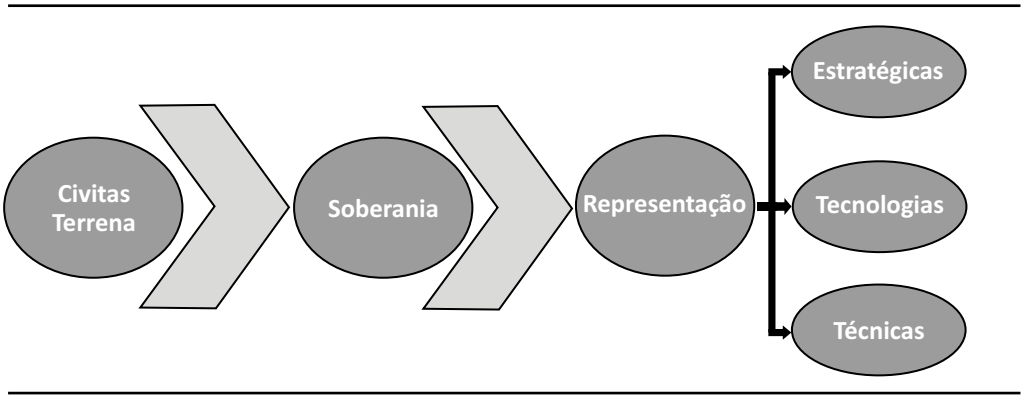
Logo, a formação do *logos* da diplomacia tradicional das comunidades políticas latino-americanos corresponde a construção da soberania do Estado territorial enquanto princípio de uma ordem, uma "propriedade do governante e do Estado, que entre si estabelecem uma relação metafórica, confere existência objetiva ao Estado e o transforma em objeto de conhecimento" (ESTEVES, 2006, p. 25). Esta interpretação pode ser melhor sistematizada a partir do esquema a seguir:

2 Skrinium Barbaron, ou a Divisão Bárbara, que tinha regras e normas específicas para a entrega e recepção de enviados visitantes muito antes do surgimento da cultura diplomática ocidental. (DER DERIAN, 2001).

3 Para Der Derian (2001), a relação entre a concepção de diplomacia na modernidade se assenta sobre a cristandade, uma vez que a exemplo da delimitação do interno e o externo se dá nos tempos do sacro império romano-germânico, a diplomacia era então considerada algo "necessário, mas manchado, uma vez que a sua necessidade surge somente quando os humanos se afastam de Deus. Em nossos termos, tal sociabilidade narrativa é uma sociabilidade suspeita, pois ela só entra em ação quando a vida em ideal de sociedade cristã tem sido posta em questão" (NEUMANN, 2010, 130).

CC BY NC SA

Esquema 1 — O Estado Territorial Soberano



Fonte: Esteves (2006, p. 24).

Esta delimitação do ser e do não-ser na formação étnica das sociedades coloniais, conforme discorrido por Fanon (2008), corresponde, no âmbito da diplomacia tradicional na América Latina, à mitigação e deslegitimação de interesses dos povos subalternizados (COSTA, 2009). Ainda a respeito do propósito de construção de fronteiras entre o doméstico (civilizado) e o externo (a barbárie), a partir das contribuições de Holsti (2004), é possível observar o conjunto de práticas territoriais e práticas de sujeição[4] do Estado moderno como um outro elemento presente na história da formação do modelo de representação das comunidades políticas latinoamericanas. Neste sentido, sob uma terminologia colonial, o esquema a seguir esboça a definição do conjunto de práticas territoriais:

Esquema 2 — Práticas Territoriais do Estado Soberano



Fonte: elaboração própria a partir de Holsti (2004) apud Esteves (2006, p. 30).

4 Para Holsti (2004) esta condição impositiva está no cerne da formação do Estado, implementando um conjunto de instituições no sentido de poder exercer soberania.

CC BY NC SA

Cunha (1992) discorre que a conceitualização baseada na visão de "conquista, descobrimento ou encontro", e nas demais práticas decorrentes desta, revela um eufemismo que ora esconde as razões pelas quais se deu a invisibilização dos povos tradicionais na estrutura econômica, social e cultural dos Estados latinoamericanos, ora também desconsidera essas populações como sujeitos ativos nos processos coloniais, restringindo suas histórias ao advento de um agente exógeno. Na mesma linha de pensamento, ao analisar a reformulação identitária e cultural das sociedades tradicionais da América sob a lente da etnohistória, Paiva (2009) argumenta que a terminologia recorrentemente utilizada na definição de tais práticas territoriais remete à presença do imaginário colonial na produção historiográfica, abandonando conceitos e noções históricas de destruição de costumes, violência física, genocídio e etnocídio (PAIVA, 2009, p. 3).

Partindo da condição das distintas sociedades pré-colombianas, este conjunto de práticas podem ser vistas como um complexo de convenções sociais que consolidaram um imaginário etnocêntrico, que cunhado a partir da conjuntura de barreiras socioculturais entre o "civil e o selvagem", promoveu um discurso colonizador alicerçado no argumento de não-autonomia na matriz de organização jurídica e política das sociedades pré-colombianas (SOUSA, 2020). Logo, o elo entre aquilo que se concebe por colonialidade do poder/saber e a construção da diplomacia tradicional no recorte latinoamericano subsiste no discurso do nativo como ser desprovido do direito de autodeterminação, e, portanto, caracterizado pela incapacidade de representação de seus interesses como "seres humanos civilizados" (FANON, 2008; QUIJANO, 2007).

Neste sentido, verifica-se a herança da diplomacia contemporânea na subalternização das cosmologias indígenas sobre o tratamento dos recursos naturais como consequência da própria evolução do modelo de produção capitalista, o qual se reproduziu tanto a mando do sistema de monocultura para exportação, o *plantation,* quanto pela prática exploratória do acúmulo de metais preciosos para as coroas europeias, o metalismo (WALLER STEIN, 2004).

Já o propósito de constituir uma "linguagem diplomática", Ashcraft (1981) assevera que o elemento mitológico é uma pré-condição do saber, e portanto, desempenha a função de uma sociabilidade narrativa. No caso da diplomacia, Neumann (2010) defende que a reprodução do eurocentrismo nos atributos do perfil convencional de representação das comunidades políticas nacionais colonizadas condiz ao conjunto de práticas específicas que incluem

> o credenciamento de diplomatas estrangeiros, a elaboração de tratados, formas de cumprimentos, códigos de vestimenta e muito mais. Na diplomacia contemporânea, a formalização está indissociavelmente ligada ao processo legislativo. Em conjunto, o mito, a narrativa e as práticas podem estar sob a forma de discurso estratificado (NEUMANN, 2010, p.130).

CC BY NC SA

Consequentemente, para Neumann (2010, p. 131), dentre os exemplos da sociabilidade narrativa desempenhada pelo elemento religioso na construção de um discurso hegemônico da diplomacia, a cristandade reflete-se na "a elaboração de promessas, acordos e tratados, com práticas rituais específicas: o beijo da cruz foi uma prática que vinculava o beijoeiro ao acordo firmado (VERNADSKY, 1948, p. 95), e as sanções, punição celestial por quebra de promessa".

Pensar a diplomacia moderna, um fenômeno propriamente europeu, como única forma cabível de representação dos povos é um distorção profunda das relações entre as diferentes sociedades autóctones (JONG, 2015). O processo de designação do outro, "o diferente", ou seja, de identificar e constituir ameaças, é, portanto, o atributo substancial da soberania, uma prerrogativa constitutiva do próprio Estado soberano (SCHMITT, 2005). Para a perspectiva decolonial da construção da diplomacia tradicional, a importância do método genealógico orientada ao presente propósito possibilita portanto a reflexão sobre rupturas e continuidades inerentes a um padrão inquestionável de representações destas sociedades autóctones enquanto um dentre muitos "outros" inseridos dentro das limitações territoriais do Estado.

VOZ NA PÓS-MODERNIDADE?: A PLURIVERSALIDADE SOB A PERSPECTIVA DECOLONIAL

Nesta seção, tratar-se-á da discussão referente ao conceito de pluriversalidade enquanto uma manifestação das epistemologias do Sul, abordado, neste caso, sob uma visão latino-americana que contesta uma geopolítica do poder/saber centrada num *design* ocidental de produção do conhecimento (MIGNOLO, 2000; QUIJANO, 2009). Neste sentido, cabe destacar que a origem do conceito de pluriversalidade está relacionada aos escritos interdisciplinares de autores pós-coloniais, por vezes denominados estudos subalternos (*subaltern studies)*, iniciados a partir da segunda metade do século XX e que apresentaram grande notoriedade nas décadas que sucederam a virada do milênio (ROUGIER, COLIN, PASSARIN, 2021). Logo, desde as contribuições de Dussel (1993), até expoentes mais contemporâneos da decolonialidade, tais como Mignolo (2000), Maldonado Torres e Aníbal Quijano (2009), a noção central do pluriversal nasce numa conjuntura acadêmica nas ciências humanas do que vem a ser considerado "universal", sendo então um conceito que traduz eminentemente um sentimento de contraposição ou questionamento pontual daquilo que até pouco tempo era considerado o imaginário de produção de saber/poder neutro, racional e objetivo, portanto universal e aplicável a interpretação dos fenômenos sociais aquém do mundo ocidental (DUSSEL, 1993).

CC BY NC SA

O conceito de pluriversalidade para Rougier, Colin e Passarin (2021) detém estreita relação com a desconstrução de uma visão de modernidade moldada a partir de uma narrativa eurocêntrica, a qual se propõe como universal. Deste modo, a definição de pluriversalidade para os autores corresponde a noção de reanálise ou revisão de conhecimentos hegemônicos sobre as experiências dos diferentes povos colonizados, levando em consideração vozes, histórias e experiências daqueles que assumem um lugar de enunciação historicamente subalternizado pelo binômio colonialidade/modernidade. Neste sentido, a pluriversalidade se apresenta como temática intimamente relacionada a propostas epistemológicas de conferir voz ao subalternizado na produção do conhecimento sobre a localidade na qual vive, estando pois concomitante imerso numa "configuração norte-sul" dentro do Estados que integram o Sul Global (MEDEIROS, ALCÂNTARA, 2017).

Tomando como ponto de partida a questão das cosmologias latinoamericanas subalternizadas na construção da diplomacia moderna, a discussão do conceito de pluriversalidade nas RI, sob a perspectiva decolonial, evidencia os processos históricos do *modus operandi* de interpretação eurocentrada que acaba por limitar a compreensão de experiências não-ocidentais na formação do Estado Moderno, e, consequentemente, nas representações e interesses dominantes exercidas no âmbito internacional (SELIS, MASO, 2020). Neste sentido, a discussão alçada pela questão da pluralidade de vozes, as quais existem dentro e entre a iminência das fronteiras nacionais, pressupõe a revisão de uma perspectiva hegemônica do cerne teórico das RI, a qual conforme mencionado anteriormente, baseia-se numa leitura colonial/europeísta de soberania, cuja continuidade se firma no processo de traçar linhas ou "fronteiras" que delimitam (in)existências de exercício da vida política: legitimando assim a visão de separação dos níveis de ordem (doméstico) e barbárie (internacional) (DUSSEL, 1996; WALKER, 2010).

Dentro desta discussão, é possível observar a relação intrínseca entre as óticas tradicionais nas RI e a influência da monoliticidade dos teóricos modernos do realismo político, os quais "apresentam o totalitarismo como uma chave normativa que rejeita tudo aquilo que esgota seus padrões de identidade" (SELIS, MASO, 2020, p. 395). Desta forma, a contribuição provida pelos escritos que exploram a noção de pluriversalidade dentro do campo refere-se justamente a elucidação de subordinação colonial latente nas tradições da *Realpolitik* que ora, na performance política da dinâmica internacional através de suas interações, reiteram a visão de uniformidade de visões e identidades no âmbito interno dos Estados nacionais; e ora, no contexto acadêmico-teórico, marginalizam interpretações não-ocidentais acerca dos comportamentos sobre si mesmos enquanto atores inter(trans)nacionais, provando assim a herança válida do marco cultural da modernidade na produção intelectual (SEGALES, 2014).

CC BY NC SA

Enfatizando a representação de vozes indígenas na América Latina, Selis e Maso (2020) apresentam perspectivas filosóficas que equalizam a questão da pluriversalidade nas Relações Internacionais, dimensionando-as assim como exemplos natos de insubordinação epistêmica nos conceitos e enfoques centrais à evolução teórica do campo. A ideia discorrida pelas autoras parte da perspectiva crítica de Ashcraft (1981), de que o conjunto de conceitos e pressupostos das diferentes teorias políticas não podem ser dissociados do processo social-intelectual. Estas teorias estão inseridas em contextos específicos e são caracterizadas por estruturas de poder e saber que implicam em interpretações históricas não-universais. Neste sentido, nas Relações Internacionais, a perspectiva decolonial sobre a diversidade epistêmica baseia-se fundamentalmente no fato de que o próprio campo tem como herança intelectual a inviabilização de experiências não-ocidentais de interpretação da realidade social, e que estas são, portanto, marginalizadas em espaços de (re)produção de conhecimento sobre o internacional (FOUCAULT, 1984; SEGALES, 2014).

Num contexto interdisciplinar mais politicamente engajado, a discussão promovida pelo conceito de pluriversalidade faz-se também necessária, através daquilo que Mignolo (2007) conceitualizou como desobediência epistêmica, no sentido de poder orientar: a formação e reorganização política pensada a partir de experiências, grupos e identidades subordinadas e marginalizadas ao longo da formação histórica da América Latina. Nos estudos de política internacional, este movimento de emancipação de uma "racionalidade" convalescida na modernidade não se apresenta de modo diferente das que ocorreram nos demais campos das ciências humanas: ela condiz, sobretudo, a tarefa de identificar e contestar instituições herdadas pela sociedade europeia moderna — o individualismo, o monoteísmo, o racionalismo[5], o universalismo, o etnocentrismo, o uninacionalismo e o evolucionismo cultural — ao modo predominante como politólogos e internacionalistas latinoamericanos reiteram conceitos centrais e, principalmente, a maneira em que buscam respostas e investigam desafios mais próximas de suas realidades locais (MIGNOLO, 2007; SEGALES, 2014; SELIS, MASO, 2020).

Macas (2010) ainda discorre que a discussão suscitada pelos estudos sobre pluriversalidade pode ser considerada também um exemplo de resistência e contestação no que se refere à consolidação de estratégias de pesquisa e metodologias oriundas da revolução behaviorista

5 Para Selis e Maso (2020) as perspectivas realistas se validam sob aquilo que as autoras destacam como "racionalidade instrumental", uma vez que, no contexto de subjetivação, teóricos como Hobbes "experimentam um desejo incontrolável de desejos num contexto de escassez, adotando uma postura de busca da satisfação pessoal através do cálculo racional das conseqüências de cada ação para seu benefício particular. Em RI, grande parte da teoria tradicional (neorealismo e neoliberalismo) fará uso desta compreensão da razão como uma faculdade cognitiva, com foco no cálculo instrumental dos custos e benefícios envolvidos no processo decisório ou na formulação de políticas" (SEGALES, 2014 apud SELIS, MASO, 2020, p. 396).

CC BY NC SA

das décadas de 40 e 50. Isto porque a própria máxima de variedade de cosmovisões se dá de forma diretamente excludente e inválida quando diante de uma agenda de pesquisa oriunda das ciências naturais e exatas que se propõe como universal, neutra e fundamentada na cisão entre sujeito pesquisador e objeto de pesquisa (MACAS, 2010; SELIS, MASO, 2020).

Paralelamente a isto, Zavaleta Mercado (1990) contextualiza a proposta dos estudos pluriversais com o descompasso entre as experiências europeia e latino-americana no que se refere a formação de identidade(s) do Estado Nacional moderno. Para o autor, a emergência destes estudos promove a visão crítica a respeito da fragilidade da fórmula convencionalmente eurocêntrica de "um Estado, uma nação". Isto é, a ideia de que a proposta monocultural — um alicerce do Estado moderno — é questionável diante das experiências latinoamericanas, em que a violência, o genocídio, a exclusão e omissão política podem ser observados como os principais instrumentos de dominação para a "organização" das diferentes comunidades políticas colonizadas dentro de padrões monoéticos do Estado (ZAVALETA MERCADO, 1990). Neste sentido, experiências plurinacionais como a s da Bolívia e d o Equador tornam-se ainda mais notórias para se observar a validade dos princípios das diferentes comunidades indígenas a nível de organização do Estado, as quais nestes casos se mantêm "baseadas nos valores de comunidade, na solidariedade, no respeito à natureza, no respeito aos seres humanos, no respeito às gerações futuras" (MACAS, 2005, p.38).

Decerto, a partir do enfoque decolonial, vê-se os estudos que enfatizam a questão da pluriversalidade na política internacional como uma proposta contemporânea que reflete o anseio pela mudança: uma reordenação nas relações sociais interestatais, transnacionais e internacionais por meio da contestação de construtos sociais (instituições) que subsistem em espaços de poder/saber excludentemente etnocêntricos (ROUGIER, COLIN, PASSARIN, 2021). Deste modo, a partir de tal proposta de mudança social repercutida pela perspectiva decolonial nos âmbitos acadêmico e político, se apresentam como importantes fenômenos analisados os movimentos e manifestações das sociedades tradicionais em *Aby-ayala* e suas distintas formas de expressão nos alicerces das políticas externas dos países latinoamericanos, tal como a cooperação internacional descentralizada desempenhada pela diplomacia indígena. Logo , conforme discorrido na seção posterior, este fenômeno pode ser visto não só como uma inovação em termos de diversidade epistemológica profundamente caracterizado pelo sentimento de insurgência cosmológica, mas também como um espaço de reivindicação política destes grupos em virtude de suas cicatrizes da história.

CC BY NC SA

A DIPLOMACIA DOS POVOS INDÍGENAS EM CONTRAPARTIDA À DIPLOMACIA TRADICIONAL EUROCENTRADA

A presente seção, apresenta e analisa a cosmovisão e pluriversalidade da diplomacia indígena em contrapartida às experiências diplomáticas que foram escritas e consolidadas a partir da visão do Norte Global. Como os diferentes processos de colonização e encobrimento foram ancorados dentro dos aspectos e conceituações da diplomacia tradicional ao longo das Relações Internacionais, a emergência de disputas, incluso nesse campo de estudos, foram afloradas para além do conhecimento submetido às "hierarquias de classe, sexuais de gênero, espirituais e religiosas, linguísticas, geográficas e raciais do sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno" (GROSFOGUEL, 2008, p.118).

Dentro das discussões referentes ao pensamento decolonial, o conceito de colonialidade do poder, desenvolvido inicialmente por Quijano (1989), é amplamente utilizado para referir-se às associações que não se findaram com a destruição do colonialismo político-histórico e, por conseguinte, é compreendido pela manutenção das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais (BALLESTRIN, 2013; GROSFOGUEL, 2008). Por ora, a ideia de que o fim dessas administrações conduzia à descolonização originou o mito de um mundo "pós-colonial". No entanto, o panorama mundial ainda vive sob a mesma "matriz de poder colonial", indo de um período de "colonialismo global" para entrada na "colonialidade global" (GROSFOGUEL, 2008, p. 126). Assim, a consequente modernidade, indissociável e intrínseca à colonialidade, baseia-se no auge e consolidação do sistema capitalista de produção e suas dinâmicas de relações (BALLESTRIN, 2013).

Como resultado e influência do capitalismo global em relação a soberania do Estado e, concomitantemente, as insurgentes condições tecnológicas e processos de comunicação em massa, homogeneização de experiências e multiplicação de demandas por reconhecimento, a diplomacia, por sua vez, empreendeu uma reinvenção e reivindicação obrigatória (CORNAGO, 2010). Ao passo que a globalização econômica e seus atores nacionais oprimem *desde arriba para abajo*, surgem formas criativas de organização social e política em conjunto com a edificação de novas alternativas. No caso dos povos indígenas, eles recorrem às suas maneiras tradicionais de constituição, "muitas vezes adaptadas ao seu contexto temporal ou espacial, para propor formas de organização que substituam a ordem existente que os exclui" (MARTÍNEZ, 2013, p 103).

A este lugar, a diplomacia indígena, que emerge *desde abajo*, é uma reapropriação e reinterpretação das narrativas diplomáticas eurocêntricas, ou seja, é parte dos processos de

CC BY NC SA

diplomacia que se manifestam a partir de um processo de globalização contra-hegemônica (ROBLES, 2017). Diante disso, essas práticas diplomáticas podem ser expressadas, principalmente, em três formas:

Esquema 3 — Tipos de Diplomacia Indígena

Diplomacia Indígena Internacionalizada →	Se desdobra em organismos internacionais,principalmente, mas não exclusivamente, nas Nações Unidas a partir da década de 1980.
Diplomacia Indígena Enraizada →	Atividade diplomática realizada com base no território, normalmente participam representantes indígenas e lideranças de diferentes países e regiões, como é o caso do Zapatismo.
Diplomacia Indígena da Complementaridade →	Se pratica entre os povos indígenas para superar e enfrentar barreiras colocadas pelas relações históricas assimétricas a qual foram submetidos.

Fonte: Elaboração própria a partir de Chavarro e Robles (2021, p. 141-142).

Desenvolvida a partir do território, a diplomacia indígena enraizada abre espaço para seus representantes reivindicarem diferentes necessidades, problemas e desafios políticos, econômicos e/ou culturais, dentro de movimentos entre si ou nas denominadas *cumbres*/ conferências. Por sua vez, a diplomacia da complementaridade é inspirada nos princípios de: "anti-imperialismo, descolonização, solidariedade, diversidade, cooperação, resistência e geminação como o sustento das relações humanas harmoniosas e equilibradas" (ROBLES, 2017, p. 162). Completivo a isso, a diplomacia indígena internacionalizada surge nos órgãos de direitos humanos da ONU, particularmente no Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre Populações Indígenas, criado em 1982, e posteriormente transposto para outros ambientes para influenciar a agenda internacional (CHAVEIRO, ROBLES, 2021).

Em acordância com Robles (2017), nos últimos quase quarenta anos, as ações diplomáticas indígenas têm se designado por uma incidência política permanente em conjunturas locais, regionais, nacionais, internacionais e transnacionais para estimular decisões, discursos,

CC BY NC SA

programas e práticas que afetam diretamente seus povos e territórios. Apesar de ter suas ramificações fortalecidas nesse campo, cujo foco tradicional se voltou principalmente para as relações internacionais entre Estados, as diplomacias indígenas não são novas, mas vêm sendo notadas recentemente. Sendo os processos diplomáticos desses povos "um fenômeno antigo que antecede a invasão da América-*Abya Yala"* (ROBLES, 2017, p. 146), o protagonismo dos povos indígenas como atores políticos globais dentro da diplomacia internacional envolve uma série de práticas e possibilidades muito mais amplas do que certas instituições e/ou convenções disciplinares reconheceram/permitiram (BEIER, 2009).

Para compreender a hegemonia das narrativas que perpassa não só as práticas diplomáticas, mas o conhecimento gerado acerca dela, é importante recorrer ao conceito da geopolítica do conhecimento, como proposto por Mignolo (2005). Segundo este autor, a geopolítica do conhecimento refere-se às maneiras de se projetar, produzir e disseminar saberes dentro do contexto de modernidade/colonialidade. Neste panorama, essa geopolítica organizou-se a partir da imposição da perspectiva eurocêntrica sob o manto de um suposto conhecimento neutro e universal e, por extensão, assentou-se no apagamento de outros conhecimentos. Deste modo, as práticas e a produção teórica das Relações Internacionais relacionadas aos aparatos diplomáticos, ainda que esteja sendo transformada e reapropriada criticamente por saberes/fazer indígenas, é dominada pelos desejos do Norte Global e as principais interações de seus atores globais (GARCÍA, 2014).

Em outras palavras, é a partir disto que se pode entender como o conhecimento, principalmente acadêmico, tem desempenhado um mecanismo hierárquico e excludente referente a fenômenos históricos transfronteiriços que envolvem atores periféricos e, consequentemente, interações são deixadas de lado do relato histórico diplomático (GARCÍA, 2014; ROBLES, 2017). Desde as últimas décadas do século XX, a América Latina, centro de desenvolvimento da modernidade, sofre com a ação de políticas neoliberais e o agravamento da desigualdade social, econômica e política como consequência. Neste sentido, a diplomacia indígena tem sido substancial e mostra que os povos indígenas, através dessa atividade, têm sido atores ativos contra-hegemônicos nos processos de dominação moderno/colonial (ROBLES, 2017).

Partindo do fato que os povos indígenas, historicamente, interagem por meio de métodos diplomáticos ancestrais, estabelecendo novas formas de vínculos interpessoais, além das fronteira de suas comunidade, idiomas, normas e práticas sociais, o projeto de universalização da civilização capitalista ainda impõe barreiras significativas para na projeção dos saberes e conhecimentos indígenas (MARTÍNEZ, 2013). Por esta razão, o principal contraponto para diplomacia indígena deleitar-se como uma antítese a diplomacia tradicional é voltado para

CC BY NC SA

o caso de que, esta última, apenas se preocupa em manter, negociar, cooperar com base em seus interesses próprios e privados, enquanto a primeira tende a recriar relações, interconexões e interdependências, objetivando relações harmoniosas desses povos, seus ecossistemas e interações (ROBLES, 2017).

Isto posto, a ideia de One-World World[6] (OWW), ou seja, um mundo onde apenas "um mundo singular" se encaixa, traz consigo a suposta possibilidade de existência de uma sociedade "homogênea", constituída por um só povo. Isto necessariamente viola a diversidade e heterogeneidade de experiências culturais desses povos. A modernidade como um mecanismo gerador de alteridades e mantenedor de singularidades exclui a multiplicidade de novas formas de re-existir em demanda ao OWW, sendo necessário recorrer ao oposto para enfrentar a crise causada por essa visão única: a pluriversalidade (CASTRO-GÓMEZ, 2000; QUIJANO, 2001; LAW, 2015; ESCOBAR, 2016). Por conseguinte, a proposta de transformação pluriversal é dirigida pelos movimentos indígenas do continente latino-americano com o objetivo de reinventar uma nova relação entre o Estado e a sociedade (MARTÍNEZ, 2013).

Mignolo (2017) discute a importância do pensamento decolonial para se pavimentar o caminho da pluriversalidade em contrapartida ao projeto universal de um mundo único, sendo importante enfatizar que essa ideia de decolonialidade já estava se manifestando em movimentos indígenas desde meados do século XVI, do México até os Andes (MIGNOLO, 2005). De acordo com Walsh (2009), a proposta de edificação de um Estado plurinacional, tomando como exemplo o Equador e a Bolívia, tem sido um componente chave das lutas e estratégias decolonias de movimentos indígenas. A autora ainda constata que:

> (...) o Estado plurinacional põe sobre a mesa, a exemplo de Sanjinés, a forma logocêntrica redutora com que tem sido pensado o "nacional". Ao disputar e se opor ao monopólio do Estado nacional que exige lealdade exclusiva e levando em consideração a existência de múltiplas lealdades dentro de um sistema social descentralizado, o plurinacional estabelece uma "outra" agenda nacional, pensada a partir dos sujeitos historicamente excluídos na visão unitária de o Estado, a nação e a sociedade. (Walsh,2009, p. 97)

À medida que movimentos indígenas buscam a construção de sociedades plurinacionais, inclusivas e participativas, numa perspectiva descolonizada, rompem com paradigmas

6 A teoria do mundo único foi formulado por John Law (2015, p. 128) e estabelece que apesar de se viver em um único mundo, dentro de um universo, é tentador imaginar uma maneira liberal de lidar e interpretar as pessoas e o mundo. No entanto, se é escolhido viver em um mundo múltiplo de diferentes atos, é possível imaginar novos compromissos e a construção de uma nova realidade.

CC BY NC SA

e amarras da modernidade/colonialidade (MARTÍNEZ, 2013). Neste contexto, reconhecendo que a diplomacia contemporânea engloba um "conjunto de práticas privilegiadas, realizadas em espaços exclusivos, dotados de recursos e imbuídos de poder" (BEIER, 2009, p. 05), as diplomacias indígenas têm lutado para responder a essa compreensão, comunicando a indigeneidade e buscando mediar, influenciar e negociar seus interesses (SOGUK, 2009; CHAVARRO, ROBLES, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para pensar de forma crítica a história, a prática e o estudo da diplomacia tradicional nas sociedades colonizadas, é necessário interpretar seus "produtos" a partir da lógica da dominação étnico-racial, das representações e interesses hegemônicos e eurocêntricos. Como vimos, no contexto latinoamericano da formação da diplomacia tradicional, a ideia de representação do Estado foi sempre instrumentalizada em dois sentidos: para (i) estabelecer fronteiras sociais e políticas entre o doméstico e o estrangeiro e (ii) constituir uma "linguagem diplomática".

Construir fronteiras verticais sociais e políticas de diferenciação entre o doméstico e o estrageiro, pareceu essencial no processo de demarcação entre aquilo que se considerava como superior (o civil) e, portanto, como o agente ativo no processo de massificação das formas de representação do Estado, e o outro (o selvagem), inferior, passivo, localizado portanto na fronteira do "ser": aquele que foi desprovido de humanidade e identificado como incapaz de desempenhar autonomia. A institucionalização dessa verticalidade entre o ser e o não-ser na formação étnica das sociedades coloniais foi justamente aquilo que, na seara da diplomacia tradicional na América Latina, mitigou e deslegitimou os interesses dos povos subalternizados (COSTA, 2009), incapacitando-os de representação de seus interesses como "seres humanos civilizados" (FANON, 2008; QUIJANO, 2007).

Ao mesmo tempo, a construção de uma "linguagem diplomática", se fez importante para desempenhar uma função de sociabilidade narrativa, estabelecida através de um discurso hegemônico da diplomacia. Bem como de práticas específicas que supostamente estariam representando as comunidades políticas nacionais colonizadas.

Nessa perspectiva, compreender que a diplomacia moderna é um fenômeno europeu, significa necessariamente identificar sua inerente limitação enquanto única forma cabível de representação dos povos. O método genealógico e a lente decolonial nos permitem refletir

CC BY NC SA

sobre as exclusões que um padrão supostamente universal e inquestionável acarretam para as histórias, interesses e representações das sociedades autóctones. E, a partir daí, nos permite fazer um giro que preconiza a subversão do projeto universal como um mundo único e, por conseguinte, nos dá abertura para trilhar um caminho pluriversal, que abre espaço para o protagonismo dos povos indígenas como atores políticos globais dentro da diplomacia internacional.

A grande lição que a diplomacia indígena nos deixa é que, ao contrário da diplomacia tradicional, seus valores e práticas estão fortemente ancorados no tecer de relações horizontais e inclusivas, na realização de interconexões e interdependências com um foco na coexistência harmoniosa entre os povos, seus ecossistemas e suas interações.

BIBLIOGRAFIA

ASHCRAFT, Richard. **Political Theory and Political Action in Karl Mannheim's Thought**: Reflections upon Ideology and Utopia and Its Critics. Comparative Studies in Society and History, vol.23, n.1, p. 23-50, 1981.

ASHLEY, Richard K. Living on border lines: Man, Poststructuralism, and War. In: DER DERIAN, J; SHAPIRO, M. J. (Eds.). **International/Intertextual Relations**: Postmodern Readings of World Politics. New York: Lexington Books, p. 259-321, 1989.

ARENDT, Hannah. **Le concept d'amour chez Augustin.** Paris: Biblioteca de Rivages. 1996.

COSTA, Ravi de. Indigenous Diplomacies before the Nation-State. In: BEIER, J. Marshall. (Eds). **Indiginous Diplomacy**. New York: Palgrave Macmillan, 2009.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma História Indígena. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos Índios no Brasil**. Rio de Janeiro: Cia das Letras/ Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992.

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o Giro Decolonial**. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 11, p. 89-117, maio/ago. 2013.

BEIER, J. Marshall. (Eds). **Indiginous Diplomacy**. New York: Palgrave Macmillan, 2009.

BULL, Hedley. **A sociedade anárquica**. Brasília, Ed. da UnB/ IPRI, 2002.

CC BY NC SA

CHAVARRO, Nasly Cruz; ROBLES, Gabriel Andrés Arévalo. **Cumbres Indígenas**: Política y diplomacia ancestral en América Latina. Novum Jus, v. 15, n. 1, p. 133-160, 2021.

CONARGO, N.. **Plural diplomacies**: Normative predicaments and functional imperatives. Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2013.

DER DERIAN, James. **Sobre a Diplomacia**: A genealogia da alienação ocidental. Vilnius: Eugrin, 2001.

DEUTSCH, Karl. **Análise das Relações Internacionais.** Brasília: Editora UnB, 1978.

DUSSEL, Enrique. 1492. **O Encobrimento do Outro**: A Origem do Mito da Modernidade. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1993

ESCOBAR, Arturo. **Thinking-feeling with the Earth**: Territorial Struggles and the Ontological Dimension of the Epistemologies of the South. Revista de Antropologia Iberoamericana, v. 11, p. 11-32, 2016.

ESTEVES, Paulo. Para uma genealogia do estado territorial soberano. **Revista de Sociologia e Política**, [S.L.], n. 27, p. 15-32, nov. 2006. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/s0104-44782006000200003. Acesso em: 16 out. 2021

DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico.** Paris: Presses Universitaires de France, 1977.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras branca**s. Bahia: Editora Edufba, 2008.

FOUCAULT, M. **Nietzche, Genealogy, History**. New York: Pantheon, 1984.

GALINDO, Rodríguez. **Enfoques postcoloniales en Relaciones Internacionales:** un breve recorrido por sus debates y sus desarrollos teóricos. Relaciones Internacionales, n. 22, 2013.

GARCÍA, Rodrigo Alonso Barraza. **La Escuela Intercultural de Diplomacia Indígena: academia, posdesarrollo y diálogo de saberes**. *Desafíos,* 26 (1), 13-56, 2014. doi: dx.doi.org/10.12804/desafios26.1.2014.01.

GROSFOGUEL, Ramón. Para Descolonizar os Estudos de Economia Política e os Estudos Pós--Coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. Traduzido por Inês Martins Ferreira. **Revista Crítica de Ciências Sociais** (online), 80, p. 115-147, 2008.

HOBBES, Thomas. **Leviatã, ou Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

HOLSTI, K. J.. **Taming the Sovereigns**: Institutional Change in International Politics. Cambridge: Cambridge University, 2004.

INGOLD, Tim. **The Perception of the Environment**. Essays on livelihood, dwelling and skill. London: Routledge, 2000.

JONG, Ingrid. Entre el malón, el comercio y la diplomacia: dinámicas de la política indígena en las fronteras pampeanas (siglos XVIII y XIX): Un balance historiográfico. **Revista Tiempo Histórico**, Santiago, v. 06, n. 11, p. 17-40, set. 2015. Disponível em: https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/54915/CONICET_Digital_Nro.a28c8fde-6a52-4877-98d6-5c0d16efcd23_A.pdf?sequence=2&isAllowed=y . Acesso em: 17 out. 2021.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LAW, John. **What's wrong with a one-world world?**. Distinktion: Journal of Social Theory, 16:1, p. 126-139, 2015. Acesso em: DOI: 10.1080/1600910X.2015.1020066. Acesso em: 28 jan. 2022.

LÁZARO, Ávila, C.. **Conquista, control y convicción**: el papel de los parlamentos indígenas en México, el Chaco y Norteamérica. Revista de Indias, 59 (217), 645-673, 1999.

LEVAGGI, A.. **Diplomacia hispano-indígena en las fronteras de América**: Historia de los tratados entre la monarquía española y las comunidades aborígenes. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2002.

MACAS, Luis. **Sumak Kawsay**: La vida en plenitud. América Latina en movimiento, 452, p. 14-16, 2010. Disponivel em: http://www.plataformabuenvivir.com/wp-content/uploads/2012/07/MacasSumakKawsay2010.pdf. Acesso em: 07 jan. 2022.

MARTÍNEZ, K. D. La diplomacia de los pueblos, relaciones internacionales alternativas desde el Sur. Ciência & amp; **Trópico**, [S.l.], v. 35, n. 1, 2013. Disponível em: https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/884. Acesso em: 20 out. 2021.

MEDEIROS, Luma; ALCÂNTARA, Pedro. Decolonialidade e os caminhos para uma democracia pluriversal. In: **XXXI Congreso Alas.** Uruguay. 2017. Diponivel em: https://www.easyplanners.net/alas2017/opc/tl/7231_luma_virginia_s_medeiros.pdf. Acesso em: 07 jan. 2022.

MIGNOLO, Walter.. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

_____. **Cambiando las Éticas y las Políticas del Conocimiento**: Lógica de la colonialidad y postcolonialidad imperial. Tabula Rasa, Bogotá, Colombia, n. 3, p. 47-72, 2005.

_____. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. Revista Ciências Sociais, [S.l], v. 32, n. 94, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.17666/329402/2017. Acesso em:

_____.Epistemic Disobedience: the decolonial option and the Meaning of Identity in Politics. **Revista Gragoatá**, n. 22, jan. 2007.

NEUMANN, Iver B.. Sustainability and Transformation in Diplomatic Culture: The Case of Eurocentrism. In: Constantinou, Costas M.; DER DERIAN, James. **Sustainable Diplomacies**. Houndmills: Palgrave Macmillan, 2010.

PAIVA, Adriano Toledo. Os conceitos de Etnogênese: uma abordagem historiográfica. **Anais do 3º Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história**, p. 1-9, 2009. Disponível em: https://bit.ly/3n39OKz. Acesso em: 21 jun. 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. **Ecuador Debate**, Quito, n. 44, p. 227-238, ago. 1998. Disponível em: https://bit.ly/36K3XmH. Acesso em: 12 out. 2021.

ROBLES, Gabriel Andrés Arévalo. **La Diplomacia Indígena**: Un enfoque transdiplomática. Si Somos Americanos. Revista de Estudios Transfronterizos, v. 17, n. 1, p. 141-169, 2017.

ROUGIER, Claude Bourguignon; COLIN, Philippe; PASSARIN, Dalvino Veronese. Do universal ao pluriversal: questões e desafios do paradigma decolonial. **Revista X**, v. 16, n. 1, p. 148-158, 2021. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/78171. Acesso: 28 jan. 2022.

CC BY NC SA

RUSSELL, Roberto; TOKATLIAN, Juan G. **Autonomía y neutralidad en la globalización**: Una re-adaptación contemporánea. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2010.

SEGALES, Rafael Bautista. **La descolonización de la política**: introducción a una política comunitaria. Bolivia: Agruco / Plural editores, 2014.

SAHLINS, Marshall. **Cultura e Razão Prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

SELIS, L. M. R.; MASO, T. F. Perspectiva decolonial e política da pluriversalidade: pensamento político moderno e experiências indígenas na América Latina. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, *[S. l.]*, v. 9, n. 17, p. 394–418, 2020. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/12880. Acesso em: 28 jan. 2022.

SOGUK, Nevzat. Communication/Excommunication: Transversal Indigenous Diplomacies in Global Politics. In: BEIER, J. Marshall. (Eds). Indiginous Diplomacy. New York: Palgrave Macmillan, 2009.

SOUSA, Maria Sueli Rodrigues de. Constitucionalismo e Colonialidade: Novo Constitucionalismo Latino-americano e o direito da palavra da tradição africana como resistência na modernidade. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 411-445, jul./dez. 2020.

WALLERSTEIN, I.. **World-Systems Analysis An Introduction**. Londres: Duke University Press, 2004.

WALSH, Catherine. **Intercuturalidad, Estado, Sociedad**: Luchas (de)coloniales de nuestra época. Universidad Andina Simón Bolívar, Quito. Ediciones Abya-Yala, 2009.

WIGHT, M. (eds.). **Diplomatic Investigations**: Essays in the Theory of International Politics. London: G. Allen, 1966.

ZAVALETA MERCADO, René. **El Estado en América Latina**. Cochabamba: Editorial Los Amigos del Libro, 1990.

CC BY NC SA